

INTEGRA

Presidente diz que desejava aliança no primeiro turno

Leia abaixo a íntegra da carta enviada pelo presidente ao senador licenciado Jorge Bornhausen, presidente do PFL, após receber nota informando a decisão do partido de entregar os cargos que ocupava no governo federal.



Brasília, 07 de março de 2002.

Excelentíssimo senhor senador Jorge Bornhausen

Acuso recebimento da nota emitida esta tarde pelo PFL na qual Vossa Excelência me informa da decisão do partido de renunciar às posições que ocupa no governo e de colocar-se politicamente de forma independente no Congresso Nacional.

O relato feito por Vossa Excelência das condições que levaram o PFL a apoiar minha primeira candidatura à Presidência em 1994 e meu governo, até hoje, é a expressão da verdade.

Sempre trabalhamos orientados por um programa que nos pareceu — e a mim continua parecendo — o melhor para o Brasil nas presentes circunstâncias.

Por isso mesmo, até em minhas declarações públicas desta semana, continuei sustentando que nossos partidos têm pré-candidatos que bem poderiam, no 1º turno ou, na pior das hipóteses no 2º turno, convergir. Assim garantiríamos mais facilmente a continuidade das modificações que estamos introduzindo no país.

Lamento, portanto, que a despeito de sete anos de frutífero convívio político, tenha o PFL decidido interrompê-lo.

Lembro a Vossa Excelência que, se é certo que o partido sempre sustentou lealmente as posições do governo, também eu jamais deixei de agir de forma correta para atender ao PFL no que me pareceu justo.

Esperava diante de tantas demonstrações de confiança recíproca que o PFL tivesse sido capaz de encontrar melhor solução para nossos partidos, para o governo e para o Brasil. Disso deriva meu desapontamento.

Por fim, quero reiterar o que já lhe disse e a todos os correligionários do PFL com os quais pude conversar nos últimos dias: o episódio, desafortunado, que terminou por envolver a governadora Roseana Sarney, decorreu exclusivamente da decisão da Justiça, motivada por ações do Ministério Público. A participação da Polícia Federal deu-se no âmbito de suas atribuições constitucionais, como polícia judiciária que é.

Registro mais uma vez este fato porque não admitiria o uso político-eleitoral de órgãos públicos porque revolta-me também o vazamento de informações imprecisas, do qual todos temos sido vítimas. O governo não admite esse tipo de procedimento e todas as providências já foram tomadas para apurar eventuais responsabilidades.

Por outro lado, estou certo de que jamais passaria por sua consciência ou pela de seus correligionários que o governo pudesse prejudicar diligências policiais, informando-as de antemão a eventuais destinatários delas. Acresce que, no caso e por norma, o presidente da República não é informado desse tipo de procedimento.

Para finalizar, insisto em que me parece um equívoco dar conotação política a uma investigação policial e judiciária que, espero, fará justiça à governadora Roseana.